

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2012

Altera o art. 64 da Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 64 da Lei nº 12.663, de 05 de junho de 2012, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art.64 Em 2014, os sistemas de ensino poderão ajustar os calendários escolares de forma que as férias escolares decorrentes do encerramento das atividades letivas do primeiro semestre do ano, nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada, abranjam todo o período entre a abertura e o encerramento da copa do Mundo FIFA 2014 de FUTEBOL.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei visa alterar a redação do art. 64, da Lei nº 12.663, de 2012, substituindo a palavra “DEVERÃO” pela palavra “PODERÃO”. Esta medida se faz necessária, já que o calendário escolar de

2014, já começa a ser planejado em 2013 pelos gestores de ensino, seja público ou privado.

Justifica-se, ainda, a relevância da alteração que se impõe pela existência, no texto da mesma Lei 12.663/2012, de dispositivo que permite a adequação do necessário desenvolvimento das aulas. Trata-se do artigo 56 da norma, que dispõe:

“Art. 56. Durante a Copa do Mundo FIFA 2014 de FUTEBOL, a União poderá declarar feriados nacionais os dias em que houver jogo da Seleção Brasileira de Futebol.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os eventos poderão declarar feriado ou ponto facultativo os dias de ocorrência em seu território.”

Ademais, o número de partidas a serem realizadas em cada sede é expressivamente pequeno diante da suspensão das aulas por todo o período da competição. No Rio Grande do Sul, por exemplo, haverá apenas cinco partidas, todas na capital. Não é razoável que os alunos de todo o Estado fiquem sem aulas durante um mês, principalmente os daqueles municípios mais distantes, onde os efeitos dos eventos esportivos serão ínfimos, provavelmente não afetando a mobilidade urbana e o comércio do município.

Por estas razões solicitamos aos nossos Pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM